

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

SÉRGIO DE OLIVEIRA MÉDICI

PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

INÍCIO E SAÍDA DO MPSP: 18/11/1971 A 26/08/1998

APMP: Por que escolheu ser promotor?

Quando fiz meu curso de Direito era jornalista profissional, com atuação em jornal, rádio e TV. Assim, tive facilidade no curso, pois escrevia bem e, por influência dos meus pais, sempre li muito e adquiri uma boa base cultural. Quase toda minha família era – e ainda é – ligada ao mundo do Direito. No terceiro ano tive aula com o Prof. Fernando da Costa Tourinho Filho e tomei uma decisão: vou ser promotor como ele.

APMP: Como foi o concurso, qual o número do mesmo?

O concurso foi longo, devido à substituição do governador do Estado – saiu Roberto Costa de Abreu Sodré e assumiu Laudo Natal. Vivíamos em plena ditadura militar e a escolha dos governadores, dos prefeitos das capitais e do presidente da República era feita pelo Legislativo, controlado pelo poder central. Em razão da posse do novo governador, foi também escolhido outro procurador-geral de Justiça. Com isso, o concurso que se iniciara em abril de 1971, sob o comando do PGJ Dario de Abreu Pereira, somente terminou em novembro, presidido pelo novo chefe da instituição, Oscar Xavier de Freitas. A banca era integrada por três procuradores de Justiça: Rubens Teixeira Scavone, Raphael Augusto de Souza Campos Netto e Francisco Bueno Torres; o advogado Sérgio Marques da Cruz representava a OAB. Tomei posse como promotor público substituto (era este o nome do cargo) ao lado de 37 colegas no dia 18 de novembro de 1971, em

solenidade realizada no auditórios Queiroz Filho, no 9.º andar do Fórum João Mendes Jr.

APMP: Como foi a primeira experiência como substituto?

Fomos designados para promotorias da Capital enquanto participávamos de curso de adaptação, que durou cerca um mês. Trabalhei com o promotor Romeu Salvador Masci, que teve muita paciência comigo, pois ingressei no MP no ano seguinte à formatura na Faculdade de Direito, muito jovem e sem experiência. Em janeiro de 1972 fui designado para trabalhar na Circunscrição Judiciária de Bauru e atuei em várias comarcas da região: Lençóis Paulista, Pederneiras, Agudos, Pirajuí. Todo final de mês tinha que ver a designação no Diário Oficial. Às vezes ligavam da PGJ avisando: V. vai assumir tal promotoria amanhã.

Tive uma grande decepção quando recebi, três meses depois da posse, o meu primeiro holerite: eu passei a ganhar menos do que como jornalista. O salário era muito pequeno e os penduricalhos (que já existiam naquela época), foram cortados pelo governador Laudo Natel. Os membros do MP que ingressaram antes de 1971 recebiam alguns auxílios, em respeito ao direito adquirido. Mas aos novos, como eu, não era pago nenhum auxílio, numa afronta ao princípio da isonomia. Um dos colegas pediu exoneração e voltou para a advocacia. Outros fizeram concurso para a Magistratura. Resolvi ficar, pois já estava adaptado ao estilo de vida de promotor. Ainda como substituto, escrevi meu primeiro livro, “Tóxicos”, publicado em três edições.

APMP: Qual foi a primeira comarca?

Foi General Salgado, promoção por merecimento. Não precisei fazer pedidos para os conselheiros, pois ninguém queria se inscrever para lá. Como eu estava no final da lista, em razão da classificação no concurso e da idade, recebi orientação do procurador de Justiça e membro do Conselho Superior Roberto Gugliotti, a me inscrever. Da lista tríplice constavam dois colegas

que fizeram campanha para não serem nomeados. Assim, fui nomeado no final de 1972 para General Salgado. As audiências eram realizadas às terças e quintas, no período da manhã. O juiz, Justino Magno de Araujo, explicou-me que era para atender aos advogados – quase todos de S.J. do Rio Preto. Tive que acumular as promotorias de Nhandeara e Auriflana – todas sem promotor e também com pequeno movimento processual.

APMP: Como foi a experiência na comarca?

Não havia casa para alugar em General Salgado. A casa que era destinada ao promotor estava ocupada pelo departamento de água e esgoto da Prefeitura, pois há muitos anos a promotoria estava vaga. Morei no único hotel da cidade, com chão de cimento pintado com vermelhão, a exemplo da maioria das casas, em razão do forte calor. Minha mulher e eu éramos abraçados à noite com baratas andando em nossos braços.

Fiz um júri em General Salgado, uma cidade muito pequena, creio que com uns cinco mil habitantes. O júri foi um acontecimento inédito na cidade. O prédio do fórum era muito pequeno e o povo queria acompanhar o julgamento. A solução foi instalar um alto-falante para que as pessoas pudessem ouvir os depoimentos e os debates do lado de fora, numa pequena praça. Ao acusados eram dois filhos de um fazendeiro, que haviam matado um trabalhador rural. Foram condenados a 12 anos de reclusão e saíram do fórum presos, pois naquela época a prisão era consequência automática da sentença condenatória.

APMP: Quais as dificuldades para se trabalhar na época?

A maior era a falta de casa para alugar. Telefone não funcionava. Como eu mantinha residência em Bauru, viajava de ônibus e, às vezes, com meu Ford Corcel. Hospedei-me por uns tempos na casa de meus tios Manoel e Celina (irmã de meu pai) na cidade de Mirassol, cerca de cem quilômetros de General Salgado.

O principal equipamento da promotoria, uma máquina de escrever, era de minha propriedade. Papel sulfite, carbono, caneta, borracha – tudo era comprado pelo promotor. Até envelope e selo das

correspondências oficiais o promotor precisava comprar. O material disponibilizado pela PGJ tinha que ser retirado pessoalmente em São Paulo. E a instituição não pagava a viagem.

APMP: Como foram as passagens para as entrâncias?

No início de 1973 consegui remoção para Cafelândia, ainda primeira entrância, e lá fiquei por quatro anos. Trabalhei com dois grandes juízes: Fábio Amaral de Araújo e Abel Aparecido Cortez. A Comarca era bastante tranquila e eu ajuizava mais reclamações trabalhistas do que ações penais ou civis. Naquela época o promotor tinha a atribuição de representar os empregados e, em face da inexistência de Justiça do Trabalho, as reclamações eram julgadas pelo juiz de Direito da comarca. Também exercia funções hoje estranhas às atribuições do MP, como a cobrança da dívida ativa do Estado e da União, por meio de execuções fiscais. De certa forma, o promotor era mais temido como cobrador de impostos do que pelas ações penais.

O trabalho não era intenso e tinha muito tempo para conversar com o juiz e com os funcionários. Foi designado para acumular a promotoria de Getulina por um mês. Não havia quase nada para fazer naquela cidade e, por isso, não cobrei as diárias a que tinha direito. Achei que não merecia. Lá escrevi meu segundo livro: “Prisão-Albergue”, instituto criado pela jurisprudência e depois regulamentado por lei.

A segunda entrância foi Pirajuí, onde trabalhei durante dois anos. Lá encontrei um processo falimentar complexo de uma usina canavieira, com vários desdobramentos, inclusive ações penais. Nessa época (1976-1978) escrevi mais um livro, “Contravenções Penais”, que teve quatro edições e até hoje é citado em sentenças e acórdãos.

De Pirajuí fui promovido por merecimento para Araraquara (terceira entrância), em 1978, onde vivo até hoje. O início foi difícil porque o prefeito, os vereadores e até os promotores da cidade esperavam a nomeação de outro colega. Um impacto muito grande em minha

vida também pela grande quantidade de ações. Mas tive uma grande sorte pois pude fazer a entrância especial em Araraquara, graças a uma permuta com o colega Eiriri Carvalho Vasconcelos. Cerca de 20 promotores no Estado eram de entrância especial em comarcas do interior e, assim, muitos fizeram essa permuta, pouco antes da aposentadoria do colega de categoria superior na carreira. Após algum tempo, graças à criação de novos cargos, todos foram promovidos a procurador de Justiça, apesar da oposição de alguns conselheiros.

Fui promovido de entrância especial para o cargo de procurador de Justiça no dia 2 de maio de 1991. A PGJ, a título de “punição”, designou-me para atuar na Quarta Procuradoria, com atribuição em Direito Tributário. Dois anos depois, a convite do então PGJ José Emmanuel Burle Filho, passei a integrar o setor de recursos especiais e extraordinários, onde fiquei até a aposentadoria, em 1998.

APMP: Quais eram o procurador geral e o corregedor geral da época?

Quando do ingresso no MP, o procurador geral era Oscar Xavier de Freitas. O corregedor geral era Francisco Papaterra Limongi Neto.

APMP: Qual era o cenário político da época?

Desde 1964 o País vivia em regime ditatorial, que foi se tornando mais severo em razão de atividades de grupos contrários ao governo militar. Como jornalista, no final dos anos 60 fui convocado para prestar depoimento em unidade do Exército. Passei várias horas incomunicável e sem poder solicitar a assistência de advogado. Os militares não gostaram de comentários que eu havia feito na imprensa, chamando a Constituição brasileira de “periódica”. Não cheguei a ser detido e muito menos torturado. Fui liberado por um coronel que me deu conselhos para evitar críticas ao regime político vigente.

Quando ingressei no MP, no final de 1971, havia um Ato Institucional n. 5 que se sobrepunha à Constituição. Instalou-se a censura nos meios de comunicação e várias garantias foram

suspensas, como o *habeas corpus*. Vários colegas no MP foram excluídos da carreira pela atuação em defesa dos direitos trabalhistas. Os chamados *expurgos* de opositores atingiram também o Judiciário, inclusive o STF.

O trabalho dia-a-dia do promotor não chegou a ser diretamente afetado. Eu, pelo menos, nunca sofri nenhuma interferência da cúpula da Instituição ou de órgãos governamentais. Os crimes considerados políticos eram julgados pela justiça militar, sem nenhuma participação de promotores estaduais.

Em razão da severidade das leis da época, o número de crimes era bastante reduzido.

Nos anos 70 e 80 publiquei vários artigos no Jornal da Cidade, de Bauru, com comentários ao sistema político de forma jocosa e dúbria, para evitar algum tipo de repressão.

APMP: Se atuou no Tribunal do Júri, conte-nos a sua experiência.

Calculo que tenha participado de cerca de trinta plenários do júri. A maioria em Araraquara onde percebi que o corpo de jurados era francamente absolvedor. Pedi ao juiz-presidente a dissolução do corpo de jurados, para a inclusão de pessoas de melhor nível social. A situação melhorou um pouco, mas somente obtive maior êxito após receber conselhos do colega Alberto Marino Jr., na época considerado o maior tribuno do júri paulista. O principal foi a utilização de uma lousa, onde eu escrevia o número dos quesitos (na época eram muitos) e colocava na frente: sim (materialidade); sim (autoria); não (quesitos da defesa). Assim, mesmo depois do discurso da defesa, permanecia no plenário as minhas propostas de votação. Os advogados protestavam, mas a lousa foi ficando. Até que um defensor resolveu levar, também, um quadro para ser exposto no plenário.

APMP: Se foi PGJ, corregedor, membro do Órgão Especial...

Integrei o Órgão Especial do Colégio de Procuradores duas vezes, A primeira foi em junho de 1994, com a maior votação até então registrada na instituição: 122 votos. Participei ativamente do colegiado, relatando processos e discutindo temas de relevância. Fui o primeiro a protestar contra a falta de defesa dos promotores submetidos a processos administrativos. O julgamento pelo plenário era feito apenas com a palavra do corregedor-geral. A questão foi levada ao Judiciário que determinou a obrigatoriedade do direito de defesa nos julgamentos. Voltei ao Órgão Especial em 1997.

Fui candidato independente ao Conselho Superior três vezes. Apesar de obter boas votações, não fui eleito, pois sempre cometiam duas chapas: a da situação e da oposição, cada uma com seis procuradores. Por não concordar com essa partidarização do MP, apresentava-me como candidato isolado.

APMP: Como foi a aproximação da aposentadoria, e depois dela.

Aposentei-me com 35 anos de serviço – 28 no MP e 7 no âmbito privado. Decidi aposentar-me em 1998 para me dedicar à carreira universitária, pois leciono Direito Penal no Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) desde 1984. Em 1992 matriculei-me no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco (USP), na área de processo penal e apresentei minha dissertação em 1997. Meu orientador do o Prof. Sérgio Marcos de Moraes Pitombo. Fui aprovado com a nota máxima. O trabalho – “Revisão Criminal”, foi publicado em livro pela Editora Revista dos Tribunais (duas edições). No ano seguinte iniciei o doutorado em direito penal, sob a orientação da Profa. Ivette Senise Ferreira. A defesa da tese – Teoria Geral da Parte Especial do Direito Penal – foi aprovada em 2002 e publicada na mesma editora com o título “Teoria dos tipos penais”. Durante 5 anos dei aulas na Faculdade de Direito da USP.

Também ministrei cursos de pós-graduação nas escolas do MP, da Magistratura, da OAB e do Instituto Nacional de Pós-Graduação.

Logo após a aposentadoria, comecei a trabalhar em escritório de advocacia em Araraquara. Mas, como era filiado ao Partido

Socialista Brasileiro (desde 1990) fui convidado a participar da eleição municipal de 2000, como vice-prefeito da chapa liderada por Edinho Silva (do PT, hoje deputado estadual). Vencemos as eleições daquele ano e fomos reeleitos em 2004. Como vice-prefeito assumi a Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos.

Não tive problemas com a aposentadoria, pois pensei: é melhor aposentar-se com 53 anos de idade, em condições de exercer várias funções, do que esperar a compulsória, aos 70 anos.

Mesmo aposentado, acompanho as atividades do MP. Quase toda semana vou à sede administrativa da APMP e converso com os colegas, mantendo-me, portanto, atualizado em questões institucionais.

Atualmente advogo muito pouco. Dedico-me mais às aulas e ao programa radiofônico que produzo e apresento uma vez por semana, pela Rádio Uniara FM, dedicado ao jazz.